

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006798-52.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Eliana de Cássia Soler Lopes**
 Requerido: **Celso Lopes**

ELIANA DE CÁSSIA SOLER LOPES ajuizou ação contra **CELSON LOPES**, pedindo que o réu seja instado a transferir para si as quotas da sociedade empresária Nucleum Corretora de Seguros S/C, bem como seja condenado ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados. Alegou, para tanto, que no acordo de partilha por ocasião do divórcio do casal, estabeleceu-se que todas as quotas sociais seriam transferidas para o réu, passando a responder com exclusividade por toda dívida fiscal existente. Contudo, após certo período, houve um bloqueio de seus ativos financeiros por ordem exarada nos autos da ação fiscal nº 0500490-16.2009.8.26.0077, porque o réu ainda não promoveu a alteração do quadro societário da empresa. Por conta da restrição, suportou um prejuízo de R\$ 49.700,00 decorrente da perda de investimento e de gastos com advogado, custas processuais e deslocamento até à Comarca de Birigui.

Apesar de cumprida a citação do réu, a autora solicitou a suspensão do processo pelo prazo de 90 dias para tentativa de composição extrajudicial do litígio.

Decorrido o prazo sem manifestação das partes, foi designada audiência de conciliação, a qual restou infrutífera.

O réu apresentou contestação, aduzindo em preliminar a falta de interesse processual. No mérito, afirmou que a autora tinha conhecimento do débito fiscal e do risco de eventual bloqueio de suas contas, mas, mesmo assim, permaneceu inerte e não promoveu as medidas cabíveis para concretizar a transferência das quotas sociais. Além disso, advogou que não há provas dos danos materiais alegados na petição inicial, que o bloqueio já foi levantado e que inexistente dano moral indenizável.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Há pretensão resistida e a via processual eleita pela autora é adequada. Rejeito a preliminar arguida.

Por ocasião do divórcio (fls. 16/19), ficou ajustado que as quotas sociais da empresa Nucleum Corretora de Seguros S/C ficariam pertencendo com exclusividade ao réu. Logo, é inquestionável a obrigação de promover a retirada do nome da autora do quadro societário, haja vista sua condição de sócio administrador e titular da totalidade do capital social. As pendências financeiras da sociedade podem dificultar mas não impedem a transferência das quotas, muito menos embaraçam o reconhecimento do direito da autora de se retirar do quadro societário, pois no acordo não fora estipulado que tal ato estava condicionado à regularização fiscal da empresa ou à disponibilidade financeira. Ademais, se a solução das pendências constitui antecedente lógico, incumbe ao réu atendê-las.

O réu também assumiu a obrigação de, até janeiro de 2013, quitar ou parcelar dívida fiscal da sociedade (fl. 17). Houve o parcelamento, é certo, mas logo em seguida deixou de adimplir as parcelas mensais, omissão que acarretou o prosseguimento da execução fiscal e o bloqueio de ativos financeiros existentes em conta da autora.

Descabe falar que esse dano decorreu de inércia da própria, em pleitear a transferência das quotas sociais, ou até mesmo de mora de ambas as partes, na medida em que a constrição se deu por culpa exclusiva do réu, que deixou de pagar dívida tributária de sua exclusiva responsabilidade, conforme pacto inerente à partilha de bens do casal. Aliás, o fato da autora ter permanecido no quadro societário deveria ter gerado uma maior precaução do réu, pois estava ciente do risco da execução fiscal atingir o patrimônio de pessoa não responsável pelo débito.

Mutatis mutandis, tal situação pode ser equiparada àquelas em que o comprador de um veículo não transfere para si o registro de propriedade do automóvel adquirido, de modo que os encargos tributários continuam incidindo indevidamente em desfavor do vendedor.

O dano moral é presumido (*in re ipsa*), consequência direta do indevido bloqueio de ativos financeiros da autora causado pela inadimplência do réu.

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de uma certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o *homo medius*, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 20.000,00.

Poder-se-ia cogitar a condenação do réu a indenizar também os danos materiais arrolados na petição inicial, que parecem factíveis. Contudo, a autora não juntou documento apto à comprovação, ônus que lhe incumbia, a teor do art. 373, inciso I, do CPC.

"O dano deve ser provado por quem o alega. Esta é a regra geral, que só admite exceção nos casos previstos em lei, como a cláusula penal que prefixa a indenização e os juros de mora. Essa prova deve ser feita no processo de conhecimento, posto que para a liquidação só poderá ser deixada a mensuração do dano, o *quantum debeatur*, jamais a prova da sua própria existência. Condenar sem prova do dano colide com todos os princípios que regem a matéria." (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 128).

Na dicção do art. 402 do Código Civil, indeniza-se a vítima pelo que ela *efetivamente perdeu*, exigindo-se, assim, prova segura do dano material alegado, o que não ocorreu nestes autos.

Diante do exposto, **acolho em parte os pedidos** e condeno o réu ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo de dois meses, transferir para si as quotas sociais da sociedade empresária Nucleum Corretora de Seguros S/C que ainda figuram em nome da autora, sob pena de incidir em multa mensal de R\$ 2.000,00, até o limite de R\$ 50.000,00. Outrossim, condeno-o a pagar para a autora, a título indenizatório por dano moral, a importância de R\$ 20.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados desde a data da citação inicial.

Rejeito o pedido de indenização por danos materiais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade, corrigidas aquelas em reembolso.

Condeno o réu ao pagamento dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em 10% do valor pecuniário resultante da condenação.

Responderá a autora por honorários advocatícios do patrono do réu, fixados em 10% do valor excluído do pedido, atinente aos supostos danos materiais, com correção monetária. A diferença em relação ao dano moral não será incluída na base de cálculo pois a fixação decorreu de arbitramento judicial, inviável atribuir derrota à parte na quantificação em montante inferior àquele postulado, mas que não era exagerado.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**